
2 – AMAZÔNIA-ACREANA: A TERRITORILIDADE REGIONAL

Amazônia acreana: vasta planície coberta pela floresta mais densa do mundo [...]. É a floresta revestindo tudo. Quando há campo, foi o homem que derrubou a mata e plantou capim rasteiro de pastagem (TOCANTINS, 1984, p.29).

2.1 A Amazônia-acreana: bases atuais para um recorte territorial

Nosso objetivo nesta parte é firmar base territorial para a análise dos processos que promoveram as dinâmicas atuais da fronteira acreana¹. De início, podemos dizer que é possível apreender a formação regional conforme o processo histórico vivido na produção do espaço acreano. Assim, propomos um recorte territorial em que a diversidade regional amazônica não pode ser vista como um construto natural das redes hidrográficas ou da floresta em si, mas sim como criação humana/social que se processa na interação com o ambiente natural.

Partindo desta compreensão, iniciamos o estabelecimento de considerações sob o ponto de vista espacial e temporal da pesquisa, sobre a territorialização regional que se concretiza a partir do Acre, no âmbito da Amazônia Sul-Occidental. Com isto, podemos fixar pontos básicos que nos permitam a apreensão da nítida definição de uma formação regional nesta parte da Amazônia: a “Amazônia-acreana”.

O termo “Amazônia acreana” não é algo novo, ou um conceito exclusivo nosso. **Guerra** (1955), **Tocantins** (1979, 1984) e **Martinello** (1988) referem-se às terras acreanas neste termo. Esses autores, embora não especificando politicamente a dimensão regional, tratam do termo deixando entendê-lo como se o território do Acre encerrasse, em seus limites políticos, a região em si. Todavia, para eles, também não se pode negar as relações históricas com o Acre, que já teve o sul do Amazonas e parte do território do atual estado de Rondônia, sobretudo as áreas situadas nas bacias hidrográficas dos afluentes da margem direita do Rio Madeira (de que referimos, em especial, ao Rio Abunã). Essas relações ainda hoje podem ser notadas, o que se somarmos ao isolamento dessas localidades em relação às áreas centrais de seus estados, tendem ainda a aprofundar seus laços com o Acre.

¹ - Do ponto de vista conceitual para a questão do território tomamos como bases os seguintes referenciais bibliográficos: **Raffestin** (1993), no que se refere ao território como espaço em que se exerce um poder; **Santos** (1996), na visão da totalidade e da derivação do território, ou seja, da territorialização e da territorialidade; e **Becker** (1983), no que se refere ao território (como) produto da prática social e na caracterização da territorialidade.

Em nossas pesquisas, ao longo de anos de trabalho e muitas ‘andanças’ pela maioria destas localidades, encontramos situações que demonstram esses legados. Dessas constatações há algumas situações que nos levam a questionar sobre a necessidade de discutir e apresentar outra possibilidade de regionalização que constitui nesta parte da Amazônia.

Inicialmente, considerando além da proximidade com o Acre, as condições históricas, a recriação de identidades sociais e políticas e as relações econômicas na caracterização de lugares, podemos tratar de alguns povoados que se localizam na região conhecida como “Ponta do Abunã”, no extremo oeste de Rondônia.

A Vila Fortaleza do Abunã se constituiu como povoado, servindo também de entreposto comercial para embarcações que subiam os rios Madeira e Abunã. Essas levavam mercadorias para Rio Branco e desciam trazendo a produção agroextrativa acreana dos seringais localizados na bacia do Abunã. O povoado, que já estava estagnado em função da desvalorização da borracha desde o final dos anos de 1940, a partir da década de 1970, depois que a BR-364 chegou à capital acreana, entrou em decadência generalizada. O governo de Rondônia praticamente o havia abandonado e o Acre não mais necessitava de suas funções. Foi somente na década de 1980, com a disputa do litígio entre Acre e Rondônia, e devido ao despertar do potencial turístico do lugar, sobretudo por turistas acreanos em busca das cachoeiras e das praias fluviais de areias quartzosas, que medidas políticas do executivo rondoniense começaram a ser timidamente sentidas. Todavia, a economia local, seja no turismo ou na mineração de granito, está fortemente movida por forças econômicas provenientes do Acre.

Já nas áreas mais limítrofes ao Acre, os vilarejos de Nova Califórnia e Extrema surgiram, no final da década de 1970 e início da década de 1980, às margens da BR-364. A proximidade de Rio Branco (150 e 180 Km, respectivamente) tornou essas áreas partes integrantes do “circuito regional polarizado” pela capital acreana². A população, predominantemente oriunda do Centro-Sul brasileiro, não tinha uma identidade política regional amazônica definida, pois a área se constituía em litígio entre Acre e Rondônia. Nessas localidades, a assistência vinda do Acre sempre superou o que era feito por Rondônia.

² - Considerando esses aspectos no âmbito da circulação de pessoas e mercadorias, os tomamos como base para iniciarmos a reflexão sobre a dimensão do espaço produzido, ao que denominamos de Amazônia-acreana. Não se trata de visão de rede urbana regional, exclusivamente, mas tratamos da questão sob o ponto de vista de um circuito de múltiplas relações, onde Rio Branco é o centro principal (econômico, político, social, cultural, tecnológico etc), e exerce a liderança sobre áreas que extrapolam os limites políticos do estado de Acre. Assim, ao se constituir no centro de uma região, Rio Branco (se) abre para a realização de fases distintas no circuito espacial da produção local. Então, nos dá condição de através da análise dos “círculos de cooperação” (SANTOS, 1994, p. 50) estabelecidos no processo histórico da formação espacial, obter a apreensão da dimensão regional que se forma, assim como de sua localização no espaço mundial.

Assim, na atualidade, embora já arbitrada a área como rondoniense, parte da população ainda busca no Acre os serviços que não dispõem no local, como p.e.: o comércio, a saúde, a educação, os serviços bancários, os fomentos agrícolas, etc. Há, portanto, uma situação contraditória que está sendo gerada: politicamente a área é rondoniense, mas a economia e a identidade sociocultural que se forja, torna-se cada vez mais acreana.

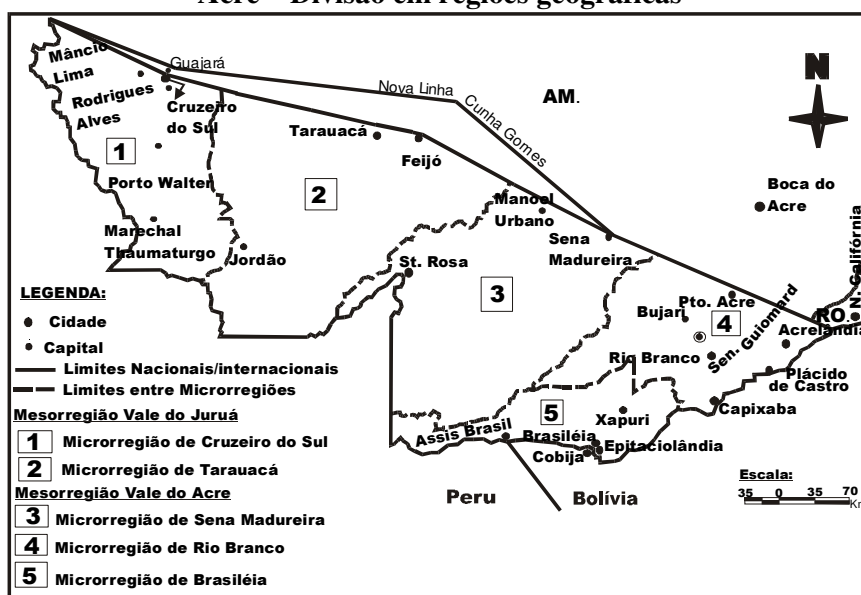
Já os municípios sul-amazonenses de Boca do Acre, Envira e Guajará, vivem numa situação de pleno isolamento das áreas mais dinâmicas de seu estado, ou seja, próximas a Manaus. Isso tem criado situações em que torna esses municípios muito mais ligados à centralidade regional acreana do que ao conjunto respectivo da reprodução do espaço amazonense. A dependência econômica é notada no comércio e nos setores produtivos agrários e citadinos, mas também se dá na assistência à saúde, à educação e aos transportes por terra (sobretudo, no caso de Boca do Acre e Guajará). Ainda, de certa forma, temos que considerar que há ingerências de grupos políticos acreanos nos destinos desses municípios, como, p.e., na manifestação de apoio de políticos acreanos a candidatos dessas cidades nos últimos pleitos eleitorais, participando, inclusive, de manifestações públicas ou até com candidatos que residem no Acre concorrendo a cargos nesses municípios. Há também o grau de parentesco da população e fortes laços econômicos do empresariado desses municípios que têm seus comerciantes, grandes proprietários de terra, às vezes, residindo ou tendo “negócios” no Acre, seja em Rio Branco ou em Cruzeiro do Sul.

Denota-se também as especificidades desta região pela territorialização das áreas de ação das duas dioceses da Igreja Católica Romana nesta parte da Amazônia. Suas sedes encontram-se no Acre: Diocese de Rio Branco, com sede nesta capital, tendo seu território abrangendo a Mesorregião Geográfica do Vale do Acre, mais as áreas da Vila Nova Califórnia e Vila Extrema em Rondônia e Boca do Acre no sul do Amazonas; Diocese de Cruzeiro do Sul com sede na cidade de Cruzeiro do Sul, no Acre, mas abrangendo a Mesorregião Geográfica do Vale do Juruá e municípios amazonenses vizinhos de Guajará, Ipixuna e Envira (Mapa 1).

Outro aspecto importante é que no contexto da frente pioneira agropecuária que atingiu o Acre a partir de 1970, esses municípios e povoados circunvizinhos compartilham de situações idênticas com o que ocorreu (e ocorre) no Acre. Aqueles situados no vale dos rios Acre e Purus ou às margens das BRs - 364 e 317 tiveram suas terras vendidas e houve um grande avanço da pecuária. Já aqueles do Vale do Juruá, suas terras foram vendidas ou revistas no controle privado da propriedade fundiária, mas o avanço da pecuária deu-se mais timidamente. Em toda a situação que se processa, suas manifestações

demonstram dimensões da territorialidade dos sujeitos sociais que produziram a realidade local: seringueiros – camponeses florestais que contestam a ameaça aos seus territórios vivenciais³.

Mapa 1:
Acre – Divisão em regiões geográficas



Fonte: IBGE, 1991; ACRE, 2000. Reorganizado por Silvio Simione da Silva 2004.

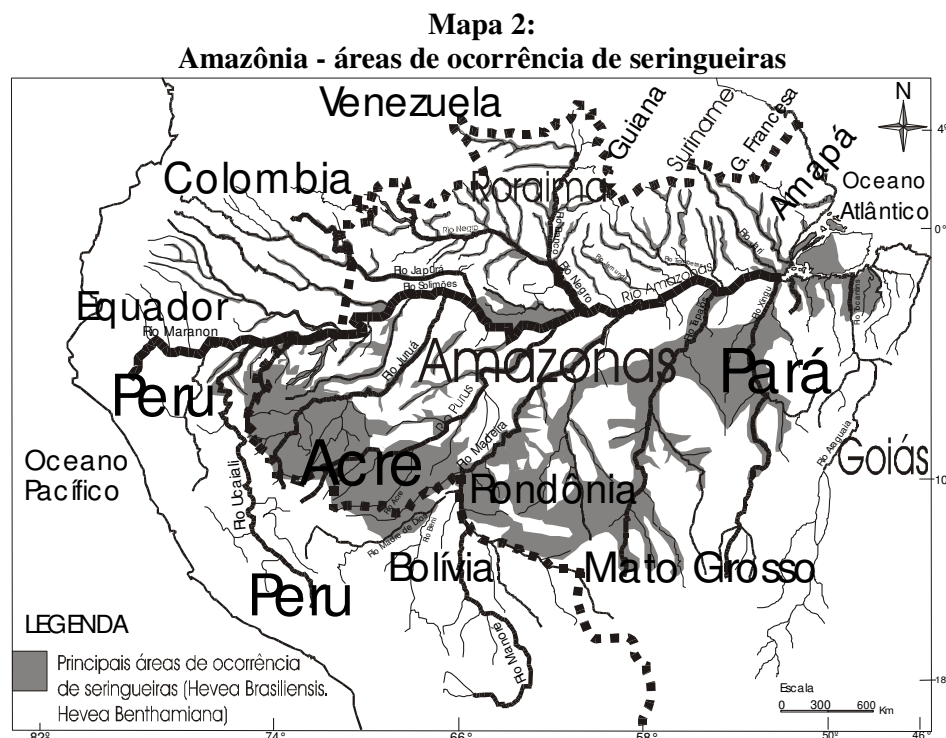
Estas são as condições para que a territorialidade amazônica-acreana se manifeste como resultado de um processo em que é mais que uma situação momentânea, é resultante de longas décadas de formação territorial, que se configurou numa relação território e identidade, aflorando em situações diversas. No geral, os grupos sociais que habitam estes municípios limítrofes se sentem amazonenses, mas não como os manauaras. Nisto reconhecem sua condição marginalizada, mas a “acrianidade não lhes vem a pele”; apenas sente sua proximidade de destino e compartilhamento de espaço regional.

³ - Entendemos como território, pois nele esses sujeitos sociais residem e necessitam dele para viver, embora fosse ainda territorializado pelo latifúndio. Porém, mais do que o domínio do território legal, o que se tinha era a manifestação da territorialidade seringueira que buscava garantir base para formar, posteriormente, condições de se territorializar sobre seu espaço vivido a partir da “colocação”. Neste caso, entendemos que a posse já era condição da determinação de um território que se materializava na *colocação*, que é estrutura do seringal *fração do território capitalista*. Entretanto, para estas famílias de “camponeses florestais” (ALMEIDA², 1988) a terra aparece como objeto de posse tradicionalmente definido, sem ainda constituir em “objeto de propriedade legal” (SHANIN, 1979). Nos períodos de menor importância da economia extrativista da borracha, o proprietário “legal” geralmente não residia na terra; e, até que esta ganhasse um poder mercantil atrativo, a condição do possessor, o domínio sobre suas áreas de vivência, dificilmente era questionado. Após as fases áureas da borracha, a condição “perturbadora da ordem” pelo possessor ao “proprietário de terra”, somente ressurgiu nas três últimas décadas da reprodução do espaço amazônico-acreano. No conjunto isto forma a relação da luta de classes, com características próprias que define seu território de contestação e delimita seu espaço de ação temporalmente.

No conjunto, já reunimos elementos que nos permitem falar de uma região que se forma no extremo sudoeste da Amazônia Brasileira. Todavia, cabe ainda salientar que a vemos também como legado histórico do processo de formação e seus reflexos na configuração deste espaço a partir da antiga frente pioneira extrativista da borracha. Isto veremos no item a seguir.

2.2 – A construção histórica da região

No âmbito da produção do espaço regional, a Amazônia-acreana pode ser vista como uma das áreas em que os processos de ocupação estiveram ligados à necessidade de um produto específico no mercado internacional – a borracha natural. A região acreana, assim como uma faixa de terra que se estende de Rondônia até o sul do Pará, passando pelo sul do Amazonas e norte de Mato Grosso (Mapa 2), apresentava a maior concentração das espécies vegetais produtoras de borracha – as seringueiras. Ademais, a ocorrência concentrada da espécie *hevea brasiliensis* (com maior potencial produtivo), fez do Acre e áreas circunvizinhas, a região mais atrativa às empresas extrativistas que vinham em busca da preciosa matéria-prima.



Fonte: VALVERDE, 1964. Reorganizado por Silvio Simione da Silva, 2003.

No que se refere à dispersão do povoamento como caracterizador da formação da região, temos de considerar conforme os apontamentos de **Valverde** (1964) no tocante à característica natural da dispersão do principal produto dessa frente pioneira. Salienta o ilustre professor que as seringueiras, tanto da espécie *Hevea Brasiliensis*, mais comum no vale do Amazonas e de seus afluentes meridionais (margem direita), como da *Hevea Benthianiana* e *Hevea Guianensis*, mais típica do Vale dos afluentes setentrionais (margem esquerda), ocorrem dominando faixas ao longo dos rios e nas ilhas, isto é, nas planícies aluviais e áreas próximas⁴ (mapa 2). Entretanto, no Acre e áreas circunvizinhas, sobre os solos argilosos da terra firme, essas árvores também se desenvolviam em *formações relativamente densas*.

Portanto, a Amazônia-acreana, como pode ser observada no mapa 2, situava-se dentro das áreas de maior concentração de seringueiras de toda a Amazônia. A ocupação econômica se distribuiu por todo o território atingindo, inclusive, trechos de terras amazônicas que permaneceram como território da República da Bolívia. Onde havia borracha – seringueiras, houve ocupação, houve moradores trabalhadores, houve implantação de relações de produção e de trabalho sob domínio da empresa extrativa. Portanto, houve também a reprodução de conflitos de classes sociais num longo, mas recente processo de formação socioespacial (remontando às últimas décadas do século XIX), se comparado a outras regiões brasileiras. Não se trata em hipótese alguma de um determinismo ambiental, mas do valor da borracha pois, na busca do lucro e da alta reprodução do capital empregado, as empresas extratoras empurraram grupos de trabalhadores aos mais longínquos rincões, desde que o lugar tivesse grande potencial de produção dessa matéria-prima.

Daí se pode dizer que ao longo dessas faixas em que se praticou a atividade extrativista da borracha mais intensivamente, padrões de ocupação social foram devidamente difundidos. Desde então, não existe vazio demográfico nestas áreas da Amazônia, sendo que no Acre e em outras áreas ao sul do Rio Amazonas, esta ocupação também se estendeu por terras firmes. **Soares** (1963), estudando a população da Amazônia no período do Pós-Guerra, refere que nas áreas fronteiriças do sul havia uma densidade rarefeita de população que representava a dispersão de migrantes nordestinos que vieram para trabalhar na extração da borracha. Esta população, ainda em princípio da década de 1960, tinha a extração da borracha como principal atividade econômica, tendo como principais áreas produtoras os vales dos

⁴ - Conforme **Soares** (1963), outros tipos de borrachas voltadas a diferentes aplicações industriais, também podem ser extraídas de árvores de outras espécies como “o caucho” (*castilloa* sp.), “a balata e a maçaranduba”

altos e médios cursos do Rio Madeira (RO e sul do AM.), os vales dos Rios Purus e Juruá (Acre e sul do Amazonas).

Nessas áreas, como legado histórico, soma-se um aspecto antropogeográfico da população, com a grande participação dos descendentes de nordestinos, de estrangeiros portugueses, sírios e libaneses, superando a participação das populações nativas na formação étnica local. Tais características populacionais se invertem nas áreas de menos adensamento de seringueiras que não passaram por processo exploratório tão denso quanto o das empresas extrativistas. Referimo-nos às áreas dos baixos cursos rios tributários na margem sul, nos rios da margem esquerda e no baixo médio curso do rio Solimões/Amazonas, em que a presença dos descendentes dos antigos povos que habitavam a região ainda é predominante. Isso certamente está relacionado à situação pretérita da atividade gomífera, aí não tendo se consumado sob bases empresariais de exploração, mas empregando mão-de-obra externa, sobre a exclusão e extermínio do sujeito social nativo. Aliás, ressalta-se que neste sentido, onde a empresa extrativa se instalou, houve *verdadeiro genocídio* contra a população nativa – os indígenas.

A questão assim se configurou, pois nas áreas de grande potencial de produção de borracha, a ocupação com a implantação de empresas extrativistas⁵ se deu num avançar de forças da frente pioneira sobre as terras indígenas. Diante da necessidade da produção imediata de borracha em larga escala, não havia tempo para tentar mobilizá-la, uma vez que (os mesmos) não aceitavam pacificamente a dominação e ocupação territorial imposta. Houve, então, verdadeira “guerra” (as ‘correrias’⁶) entre trabalhadores que chegavam e população nativa. Isto levou praticamente ao quase extermínio das várias nações indígenas que habitavam as terras acreanas e sul-amazonenses.

(variedades da espécie *manilkara*) e “a coquirana” (gênero *Ecclinusa*). Todavia, argumenta o autor, são espécies menos produtivas se comparadas às árvores do gênero “*Hevea*”.

⁵ - Aqui é bom fazermos uma distinção entre os tipos de unidades de exploração dos recursos que se estruturaram. Conforme **Gonçalves** (2001, p. 85), ao longo do vale do Amazonas e baixo curso de seus afluentes, a exploração da borracha teria acontecido sob a estrutura dos “seringais caboclos” em que o extrator coletava o látex, entre outros produtos, em formas produtivas muito mais flexíveis. Já nas áreas dos médios e altos cursos dos rios da margem direita (Juruá, Purus e Madeira – os *rios da borracha*) se estruturaram os “seringais empresas”, caracterizando-se com caráter empresarial; sob esta estrutura o trabalhador era, exclusivamente, um produtor de mercadoria, no caso a borracha, não podendo praticar outra atividade.

⁶ - Segundo **Gonçalves** (1998, p. 65-66), “será sob esse signo que o Alto Madeira, o Abunã, o Acre-Purus, o Juruá serão objetos de uma rápida ocupação, onde a ‘correria’ é a interface do *time is money*, mediada pela formação socioespacial amazônica. **Correria** torna-se assim possível pela modernidade da introdução das embarcações a vapor na Amazônia [...]. **Correria** que significa a tentativa de supressão do espaço pelo tempo [...]. **Correria** de um tempo outro, do capital, que vai buscar nos confins da Amazônia não simplesmente uma matéria-prima para um bem de consumo individual, mas, como vimos, uma riqueza da floresta trazida ao mundo civilizado pelo saber indígena e caboclo e que se tornara essencial para essa verdadeira viragem tecnológica que se convencionou chamar de segunda revolução industrial. Aqui, mais uma vez o moderno recontextualiza práticas antigas [...]”.

É claro que isso não foi generalizante. A historiografia do Acre ilustra exemplos de alguns povos indígenas que desenvolveram relações com as empresas extratoras, e gradativamente foram sendo incorporados como forças produtivas do seringal, na medida em que perdiam seus traços socioculturais. Além disso, durante as *correrias* era comum que, ao lutar contra os indígenas, seringueiros matassem a população masculina e, em muitas situações, desposassem forçadamente a população feminina sobrevivente.

A verdade é que na dinâmica da fronteira da época, tempos diferentes se confrontavam na floresta. O nativo, que era sujeito do passado, tinha que ser eliminado, e o migrante nordestino, trabalhador das futuras empresas extrativistas representava o “moderno”, o “novo”. A “limpeza da área”, com a “expulsão e extermínio” dos indígenas, abria os espaços necessários para a territorialização, na floresta, dos novos sujeitos detentores de força-de-trabalho ao capitalismo que definia seu território de reprodução – o seringal – como empresa extrativista.

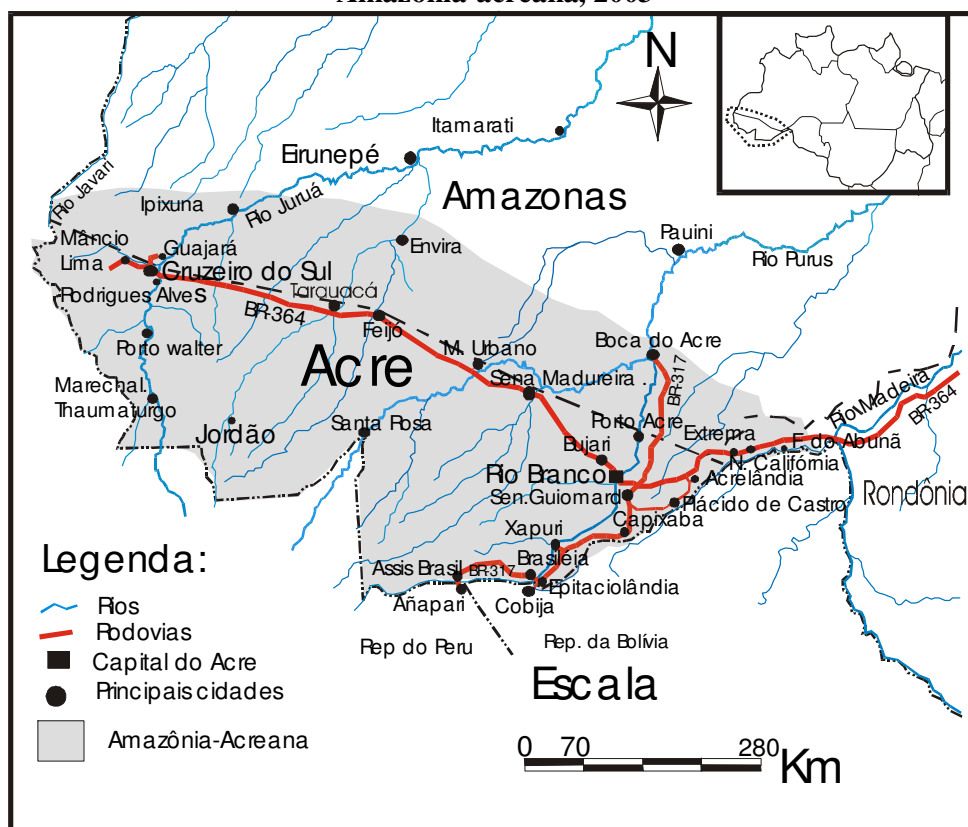
No período de sua exploração, a riqueza desse extrativismo vegetal comandou toda a dinâmica regional. Isso, como veremos, confere a esta porção da Amazônia, dentre outras coisas, a especificidade de ter aí as raízes de sua formação demográfica, econômica e social. Tais raízes são marcadas pela presença secular dos posseiros, dos latifúndios extrativistas, de pouca tradição no cultivo de espécies agrícolas e de criação de animais, e a conseqüente quase inexistência de “áreas despovoadas” na floresta.

Tendo tais legados históricos comuns, esta *parte da região amazônica* teve, ao longo do século XX, a formação de dois pólos de influência regional: no caso, Porto Velho, que polarizaria as áreas da margem direita do Rio Madeira para o leste (sudeste do Amazonas e Rondônia até a divisa com MT); e Rio Branco, que polarizaria as áreas da margem esquerda do rio até o extremo oeste na divisa com o Peru, incluindo, inclusive, o extremo oeste de Rondônia e sul do Amazonas. Entendemos que aí, no contexto da fronteira econômica mais recente, foram reforçadas estas diferenças, o que nos leva a caracterizarmos duas territorialidades regionais nesta parte da Amazônia Sul-Occidental. É à parte que se territorializa tendo Rio Branco como aglutinador e todo este significado histórico geográfico em seu processo de formação, que aqui chamaremos de Amazônia-acreana (Mapa 3).

Concluindo, podemos dizer que este recorte territorial nos permite a visualização das transformações que ocorreram no âmbito da atuação dos movimentos e lutas dos camponeses locais. Referimo-nos às lutas travadas, das quais saíram ações criativas a partir de movimentos sociais organizados que se manifestam dentro desta dimensão territorial que regionalmente configura a Amazônia-acreana. Isso ocorreu nas lutas dos seringueiros em

que as ações dos STRs acreanos se deu, através da intervenção, juntamente aos trabalhadores de Boca do Acre (AM), no final da década de 1970, como se dá na atualidade com as organizações e trocas de experiências nas cooperativas e associações de trabalhadores camponeses.

Mapa 3:
Amazônia-acreana, 2003



Fonte: Mapa Rodoviário do Brasil, São Paulo: Abril, 2001. Redesenhado e organizado por Silvio Simione da Silva, 2003.

É, portanto, na dinâmica da dialética desses movimentos e de seus desdobramentos atuais que centralizaremos nossas discussões e reflexões, a partir de tal base territorial definida.

U'